

## **RUMINAÇÕES DO CANGAÇO: INDAGAÇÕES SOBRE UM “PASSADO QUE NÃO QUER PASSAR” NORDESTINO**

Vagner Silva Ramos Filho

Graduado em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC)

Mestrando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação de História da mesma instituição

Email: [vagner\\_ramosf@hotmail.com](mailto:vagner_ramosf@hotmail.com)

Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Patrimônio e Memória - GEPPM (UFC/CNPq)

Bolsista - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES)

Orientador: Dr. Antonio Gilberto Ramos Nogueira

### **RESUMO**

O trabalho discute questões pautadas em pesquisa acerca das comemorações ao centenário de nascimento de Virgulino Ferreira da Silva, conhecido como o cangaceiro Lampião, ocorridas no estado do Ceará, no final da década de 1990. Procura contemplar os seguintes objetivos: apresentar debate historiográfico em torno do chamado tempo presente observando como a memória é uma de suas problemáticas centrais; contextualizar as comemorações desse período percebendo as mudanças de percepções temporais e o fortalecimento de uma cultura da memória em cena no terço final do século XX, assim como indagando relações entre as memórias do cangaço e as ditas identidades nordestinas; analisar mais particularmente experiências de sujeitos que participaram de tais efemérides refletindo sobre diferentes representações de Lampião.

**Palavras-chave:** Cangaço; Lampião; Comemorações; Tempo Presente; Representações.

### **ABSTRACT**

This paper discusses issues based on research into the celebrations of the centenary of Virgulino Ferreira da Silva's birth, known as Lampião, in the state of Ceará in the late 1990's. It aims the following purposes: to present historiographic debate about the so-called present time by observing how the memory is one of its main problematics; to contextualize the celebrations of such period by noticing the changes in time perception and the strengthening of memorial culture in the late 20th century, as well as questioning the relationships between the memories of the cangaço and Northeastern identities; to analyze more specifically the experiences of those who participated of such celebrations by focusing on different representations of Lampião.

**Keywords:** Cangaço; Lampião; Celebrations; Present Time; Representations.

## **Introdução: “um passado que não quer passar” nordestino?**

Em finais da década de 1990, na região Nordeste do Brasil, várias comemorações foram realizadas para Virgulino Ferreira da Silva, mais conhecido como o cangaceiro Lampião, em função da passagem dos seus 100 anos de nascimento. Dentre as cinco grandes unidades territoriais que compõem a configuração geopolítica brasileira, a nordestina é a que abrange o maior número de estados, cuja extensão incorpora Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Na maioria desses estados foram montados palcos comemorativos, especialmente nas cidades sertanejas onde os cangaceiros passaram. Assim aconteceu em Juazeiro do Norte (CE), Mossoró (RN), Serra Talhada (PE), Triunfo (PE), Piranhas (AL), Poço Redondo (SE) e Paulo Afonso (BA).

O cangaço foi um fenômeno de banditismo vivenciado nas zonas rurais da região nordestina brasileira entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX. Lampião, considerado o “Rei do Cangaço”, nasceu no sítio de Passagem das Pedras, atual município de Serra Talhada, estado de Pernambuco, mas sua data de nascimento é duvidosa, enquanto alguns acreditam ter sido em 07 de julho de 1897, outros sustentam que foi em 04 de junho de 1898. A data de morte não tem tanta indistinção, o cangaceiro morreu na Grota de Angicos, município de Poço Redondo, estado de Sergipe, em 28 de julho de 1938.

Na região nordestina, existem numerosas variações de conservação, transmissão, apropriação e ressignificação da memória do cangaço. Obviamente, o curto mapeamento dessas efemérides não contempla todas as possíveis interfaces aí envolvidas, embora repare na extensa evocação mnemônica desse momento. Parece-nos, entretanto, que as comemorações lampiônicas indicam fortes sintomas do mnemotropismo contemporâneo que vem contornando a memória do cangaço e constituem, entre diversas ações e representações que engendram, singular amostra de como o fenômeno situa-se no tempo presente, provavelmente, inserido no corolário do aforismo “um passado que não quer passar”, máxima bastante utilizada em alusão à experiências de tempo que entendemos como presentistas.

Em princípio, constatações semelhantes acerca dessa situação foram os conectores que ascenderam o interesse pelo assunto. Passado algum tempo, ainda têm companhia, até que frequente, de uma sensação de estranhamento, inquietação e ânsia em entender como um tipo de banditismo passou a ser reivindicado, por alguns, como símbolo nordestino. Em outros termos, significa evidenciar que a memória do cangaço é frequentemente tomada como elemento constituinte das ditas identidades nordestinas. O contato com os estudos históricos,

por sua vez, apresentou contingências para pensarmos historicamente problemas dessa ordem, estimulando o desenvolvimento de investigação sobre a temática.

Daí que surge essa pesquisa. Por ser uma investigação em composição, ressaltamos que o corrente texto é mais ensaístico do que conclusivo. Como pode ter sido perceptível em sua abertura, o trabalho não se trata de uma história da vida de Lampião, mas sim de uma história da memória do cangaço realizada a partir de nosso objeto de estudo que são as comemorações ao centenário de nascimento do cangaceiro Lampião, em particular as ocorridas no estado cearense entre os anos de 1996, 1997 e 1998. Considerando que comemorações possuem historicidade própria, optamos pela expansão do recorte temporal de investigação entre os anos de 1988 e 2008, período balizado pelas comemorações de morte ao cangaceiro - cinquentenário em 1988, sexagenário em 1998 e septuagenário em 2008. A proposição convém porque permite que, além de analisarmos as efemérides em atividade, compreendamos as condições que a ocasionaram, assim como as marcas que deixaram.

Para depreender a proposta, analisamos ações e representações da memória (Cf. FENTRESS & WICKHAM, 1992) do cangaço a partir das experiências sociais de diferentes sujeitos que participaram das comemorações ao centenário - cineastas, cordelistas, ex-cangaceiros, familiares, intelectuais, memorialistas e vítimas do cangaço, através de um conjunto documental composto de entrevistas, jornais, livros, cordéis, projetos oficiais, filmes, fotografias e panfletos. Busca-se assim perceber o (por) que se lembra e o (por) que se esquece, “levando em conta os interesses de quem articula as maneiras de dividir o tempo em durações específicas, ora ressaltando continuidades ou tradições, ora reivindicando rupturas ou novidades” (RAMOS, 2011, p. 248). Em sintonia, interessa problematizar relações entre reconstruções da memória do cangaço e ditas identidades nordestinas em jogo na dinâmica do lembrar, esquecer e silenciar.

### **“Palimpsesto”: interpelando o tempo presente**

Que existe uma extensa bibliografia sobre o cangaço não resta dúvidas (Cf. SILVA, 1996; WIESEBRON, 1997; FERREIRAS, 2003; PERICÁS, 2010). Sua historiografia, porém, pouco tem oxigenado o debate em torno de certas facetas que subsistem sufocadas porque geralmente se vem “perdendo de vista aspectos relevantes para sua análise histórica, como é o caso da dimensão cultural do fenômeno ou de sua repercussão na cultura brasileira contemporânea” (ARAÚJO SÁ, 2011, p. 133). Nessa direção, recentes trabalhos produzidos com base em uma história da memória têm oferecido interessantes contribuições

(CLEMENTE, 2009; ARAÚJO SÁ, 2011; FALCÃO, 2013; FERREIRA JR., 2014). Sobre os aportes desta pesquisa, seguem reflexões que podem cooperar com mais esclarecimentos para o campo.

Faz todo sentido que, nas palavras de Santo Agostinho, o chamado tempo presente seja constituído de “moradas provisórias”, já que suas balizas temporais, correlatas ao tempo enquanto período e tempo enquanto objeto de estudo, encontram-se em fluxo mais contínuo do que as circundantes de outras categorias; fazendo com que tentativas de definição tornem-se exercícios angustiantes. François Bédarida (1998, p. 221), ao recorrer às metáforas para esclarecê-la, desvela que sua associação preferida é a do palimpsesto porque o “tempo presente é reescrito indefinidamente utilizando-se o mesmo material, mediante correções, acréscimos, revisões (...)”.

Devido essas contingências, não surpreende que algumas perguntas, tais como - “O que é a História Contemporânea? Quando esta começa? Quais as questões subjacentes neste debate? História Contemporânea é somente história próxima?” (ROUSSO, 2009, p. 2014) - alimentem tantas discussões. Entre tantas, uma central emerge da propriedade semântica. Henry Rousso (2009, p. 202), ao discernir que a palavra “contemporâneo” significa “ao mesmo tempo, o tempo com”, contraria sua instrumentalização como simples recorte temporal, indicando que tal apreensão designa certa “percepção ideológica da História” e parecendo alertar que ser próximo de um acontecimento não significa ser necessariamente seu contemporâneo, pois, para mencionar apenas uma dissensão, entrar-se-ia num dilema: contemporâneo de qual tempo, visto que em um contexto diversas temporalidades entrecruzam-se? Em apreciação esclarecedora, Giorgio Agamben (2009) indicou sem muitos rodeios que, não por acaso, “ser contemporâneo é tornar-se contemporâneo”.

As práticas de investigação que situamos na seara da chamada História do Tempo Presente usufruem de longa tradição na historiografia ocidental. Remontam a antepassados de prestígio, como Heródoto e Tucídides, responsáveis por alguns dos traços que seriam apropriados na constituição da escrita histórica moderna (Cf. MOMIGLIANO, 2004). Conduzida ao ostracismo durante o século XIX, período de cientificação da História, sob alegação de que a ausência de distanciamento do objeto devido à proximidade temporal e utilização de testemunhos diretos não condiziam com a incessante busca da suposta neutralidade e objetividade científica, essa História em sua versão do século XX é retomada em duas grandes fases: “a que decorre do impacto das guerras mundiais e a que se inicia no final dos anos 1970, no contexto das tentativas de ‘renovação’ da História” (FICO, 2012, p.

71-72). Nesse curso, Carlos Fico (2012, p.70) destaca a criação do “Institut d’Histoire du Temps Présent” (IHTP) na França em 1978 pela competência em fundamentar uma série de “argumentos que tinham o propósito explícito de configurar um novo campo disciplinar - distinto da modalidade existente até o século XIX, mas também novo em relação à história do tempo presente praticada desde o fim da guerra”.

Buscando conceituação de presente mais alargada, sobrepujada ao imediato e ao instante, François Bédarida (*apud* PEREIRA, p. 58), um dos fundadores do IHTP, sinaliza que a prática dos que lá estavam foi de “considerar como tempo presente o tempo da experiência vivida”. Por isso que a problemática da memória é aspecto comum às diversas “histórias do tempo presente”. Consonante, Henry Rousso (2009, p. 2002) entende que praticar essa história é debruçar-se sobre um tempo que é o “seu próprio tempo com testemunhas vivas e com uma memória que pode ser a sua”, ponderando em seguida que o “objetivo é ser capaz de produzir a História do nosso próprio tempo, tentando obter uma reflexão que permita um recuo relativo” (ROUSSO, 2009, p. 209). O distanciamento, todavia, não é concedido pelo tempo transcorrido, mas sim pela ética da investigação. Como é uma particularidade do ofício, não elemento que da história do tempo presente se tornou exclusivo, qualquer um que se aventure pelos domínios de Clio precisará submeter sua arte de produção do conhecimento histórico às conveniências desse recuo relativo, tais como aquelas relacionadas à gerência de certas subjetividades, a saber, engajamento, partidarismo, tendenciosidade, etc.

Referente às comemorações ao centenário de Lampião, percepções sintonizadas através do calendário festivo mais coetâneo, cujo um dos principais eventos oficiais é a “Missa do Cangaço”, celebração fúnebre realizada em Angicos desde o ano de 1998, localidade onde o cangaceiro sucumbiu após combate contra volantes e momento este em que decorriam exatos sessenta anos do acontecido, poderiam inquirir a memória do cangaço como elemento identitário nordestino apenas contrapondo comemorações e (contra)comemorações, ou seja, perfilando adeptos e adversos em suas respectivas zonas de direito com intuito de que em simulada arena toda sorte de balbúrdia fosse deflagrada. O único alinhamento restringiria, contudo, o exame, pois o recurso ao maniqueísmo não sustenta tanta coisa como talvez possam imaginar, até mesmo porque se tornou ordinário, categórico e até estratégico exclamar atualmente uma expressão do início da década de 1990: “Lampião não é nem bandido, nem

herói, ele é história!”<sup>1</sup> Por enquanto, a menção atenta somente para os efeitos das ações de políticas de esquecimento e negociação que envolvem calendários.

Como sabemos, calendários são instrumentos que enquadram memórias e controlam formas de significar a temporalidade, ou seja, limitam percepções em torno do passado, do presente e do futuro. Sem dúvidas, um dos primeiros passos na interpelação do cangaço no tempo presente é distanciar-se, na medida do possível, de tais compulsões memoriais que encandeiam este palimpsesto, para que se evitem desfechos previsíveis e, neste caso em específico, se criem condições propícias para uma análise crítica do processo histórico em que o centenário de nascimento de Lampião está situado.

### **“Era da comemoração”: experiências de tempo, cultura da memória e comemorações no final do século XX**

Em nome dos deveres de memória, as comemorações vêm inundando diferentes cenários políticos e suscitando vários debates públicos. Para compreender a força que essas ações ganharam, pensemos em uma questão específica - quais os contextos sócio-históricos que consubstanciam o imperativo comemorar no final do século XX? Provavelmente, tentativas de compreensão circundam as transformações das experiências de tempo ocorridas em várias partes do mundo durante o terço final desse século, conjuntura marcada pela paulatina substituição de um “futuro presente” para um “passado presente”, quer dizer, um retorno ao “passado que contrasta totalmente com o privilégio dado ao futuro, que tanto caracterizou as primeiras décadas da modernidade do século XX” (HUYSSSEN, 2000, p. 9).

Para Andreas Huyssen (2014, p. 195), essa mudança foi possibilitada pelo surgimento, dilatação e expansão globalizada de uma cultura da memória que, “elevou-se na década de 1970, ganhou força na década de 1980 e atingiu proporções inflacionárias na década de 1990”. Dentre os fatores da guinada memorial, destacamos os “processos de democratização, luta por direitos humanos, expansão e fortalecimento das esferas públicas da sociedade civil e comercialização da memória na indústria cultural” (HUYSSSEN, 2000, p. 34-35). Nessa linha, há de se destacar que alguns acontecimentos da história recente em particular foram cruciais no abalo de tais experiências temporais. Segundo Huyssen, as novas experimentações foram fortemente viabilizadas por discursos contemporâneos da memória,

---

<sup>1</sup> Ideia que remonta a um plebiscito ocorrido no ano de 1991 na cidade de Serra Talhada. A votação foi para saber se a população era a favor ou contra a construção de uma estátua em homenagem a Lampião. Para evitar tensões e a polarização “Lampião: herói ou bandido?”, os organizadores adotaram o slogan: “Nem herói, nem bandido, ele é história. Diga sim a Lampião” (Cf. CLEMENTE, 2009, p. 39.).

cujos baluartes são os de direitos humanos, geradas em constelações políticas específicas do final do século XX, as quais resultaram no fim das ditaduras na América Latina, Queda do Muro de Berlim, do colapso da União Soviética, fim do Apartheid na África do Sul e dos massacres genocidas da Bósnia e Ruanda. Os discursos teriam provocado mudanças, pois em vez de buscar “garantir futuros utópicos envolveram-se com a tarefa não menos perigosa de assumir a responsabilidade pelo passado” (HUYSSSEN, 2014, p. 195).

Dizem que nesse período vive-se o presentismo. Elaborada por François Hartog (2013, p. 28) através do instrumento “regime de historicidade” que, em - “acepção restrita, é como uma sociedade trata seu passado e, em uma acepção ampla, serve para designar a modalidade de consciência de si de uma comunidade humana” -, a hipótese busca demonstrar que, estruturalmente, o modo de articulação entre passado, presente e futuro foi alterado, isto é, que novas experiências de tempo foram gestadas. Para Hartog (2013, p. 245), a mudança fundamental seria que o “futuro não é mais um horizonte luminoso rumo ao qual caminhamos, mas uma linha de sombra que colocamos em movimento em nossa direção, enquanto parecemos patinar no campo do presente e ruminar um passado que não passa”.<sup>2</sup>

Parece ser cristalino que uma das maiores expressões desse presentismo é a máxima “um passado que não quer passar”. Cunhada na segunda metade da década de 1980, no contexto dos debates sobre o “negacionismo” e o “revisionismo”, seus usos iniciais referem-se às memórias traumáticas da Segunda Guerra Mundial, causadas pelo nazismo na Alemanha e governo de Vicky na França, ambas difíceis de serem ingeridas no processo de reconstrução de suas identidades nacionais. A semelhança anunciada se deve à sua carga de “excesso de passado, que é tanto um efeito quanto uma causa da ideologia da memória, (...) e denegação do passado” (ROUSSO *apud* DELACROIX, 2012, p. 369), ou seja, esse presente presentista é, ao mesmo tempo, acelerado por buscar de maneira desenfreada o passado, mas estagnado por não dar conta do mesmo; “incapaz de preencher a lacuna (...) que ele próprio não cessou de aprofundar”, diria François Hartog (2013, p. 156).

Grande parte das discussões que sitiaram as querelas alemãs e francesas foi, não obstante, pautada largamente em outras situações mundo afora nas últimas décadas. Pontos recorrentes são: direito à memória e interpelação das identidades nacionais, regionais ou locais por diversos grupos que tomaram o espaço público com suas reivindicações; dever de

---

<sup>2</sup> Quanto ao uso metodológico do “regime”, François Hartog (2006, p. 263) alerta: não pode ser encarado como dado metafísico, sua vocação reside na comparação – “devia poder fornecer um instrumento para comparar tipos de histórias diferentes, mas também (...) para iluminar modos de relação ao tempo: formas de experiência do tempo, aqui e lá, hoje e ontem. Maneiras de ser no tempo”.

memória e luta contra o risco de desaparecimento de uma experiência histórica; tensão entre práticas da história e memórias de eventos traumáticos; testemunho histórico como sujeito moral do discurso histórico; limites da representação histórica (Cf. DELACROIX, 2012; CEZAR, 2012).

Nesse quadro, destaca-se a obra “Les Lieux de Mémoire” (1984 - 1992), organizada por Pierre Nora sobre a cultura da memória na França. Publicado em três tomos, a obra se tornou referência, seja para refinar/refutar seus diagnósticos da situação ou mesmo tomá-la como indício da própria, considerando que foi produzida em contexto comemorativo, as não poucas apropriações da expressão assinalada em seu título e demais iniciativas que gestaram trabalhos parecidos em outros países, o que evidencia o grande interesse público pelo passado. Estranhado com certa aceleração do tempo, fruto de uma profusão da memória, Nora deflagrou em texto conclusivo que, desde a década de 1980, no mínimo, a França vivia mergulhada em uma “Era da Comemoração”. Sustentada por diversos usos do passado, as comemorações tornaram-se interessantes espaços de pontuação, alteração e difusão dos investimentos da memória que se multiplicavam.

Há quem diga que só comemoramos o que consideramos significativo. Comemoração, em sentido etimológico, advém do latim “commemoratione” - uma junção da raiz “comes”, designador de companheiro, com a declinação do verbo “memorare”, que exprime trazer à memória, em outras palavras, fazer recordar ou lembrar. Significa formular que a comemoração é um ritual coletivo fundado sob o lastro mnemônico, destinado à lembrança e sujeito ao esquecimento, caracterizado pela insuflação de vínculos simbólicos entre as pessoas. Mas com tal guinada mnemônica, quais mudanças teriam ocorrido nas práticas comemorativas?

Em comparação ao paradigma tradicional, houve uma “inversão da dinâmica da comemoração”, para usarmos uma expressão de Pierre Nora. Mesmo que tenham continuado sendo fundamentadas em função da tríade - memória, identidade e patrimônio - seus sentidos cambiaram. A comemoração nacionalista, modelo clássico “que contava com um promotor privilegiado (o Estado) e uma dada narrativa histórica (‘épica, combativa, orientada’)”, concedeu largo espaço para uma comemoração ‘metamorfoseada’, padrão remodelado nutrido “não pela imagem unitária da Nação, mas pela multiplicidade de identidades de grupos particulares, que se desdobravam na diversidade de eventos dos mais variados matizes e perfis, sem que houvesse critério ordenador e hierarquizador” (NORA *apud* GONÇALVES, 2012, p. 27-28); caso das comemorações ao bicentenário da Revolução Francesa (1989).

Diante desse sobrevôo conjuntural, uma série de questões fervilha em alto grau. Como elucidar as correntes associações quase sinonímicas entre cangaço e a região Nordeste? <sup>3</sup> Como esclarecer a sobrevivência mnemônica do fenômeno em território nordestino? Como apreender as sensações de pertencimento e distanciamento que acionam certas vontades de memória do cangaço, seja as de lembrança, esquecimento e silêncio nos nordestinos? Como entender a propagação das comemorações ao “rei dos cangaceiros” nessa esfera regional? Como elucidar as várias disputas e acordos em jogo no campo mnêmico e identitário? Seria a experiência do cangaço um “passado que não quer passar” nordestino? Como situá-lo nesta temporalidade? Enfim, como explicar o conturbado movimento entre as memórias do cangaço e as ditas identidades nordestinas? A discussão sobre tais compulsões memoriais é ampla. Sinalizamos, então, somente alguns dos fatores que ocasionaram tal guinada da memória e suas expressões através das comemorações.

No cenário brasileiro, os contornos dessa cultura mnemônica foram vigorados com a redemocratização do país e a promulgação de nova constituição na segunda metade da década de 1980. As premissas expressas no documento garantiram, entre outros ganhos, o direito à memória, atribuição reconhecida como um dos suportes necessários para construção da cidadania que se aspirava. Nesse momento, os debates sobre memória e patrimônio foram acompanhados de mudanças conceituais em torno de ambas as categorias, elaboradas em “perspectiva com os anseios de novos sujeitos históricos que entraram em cena e forjaram a necessidade de se repensar os silêncios e os ocultamentos, assim como o que deve ser protegido, valorizado, repertoriado” (NOGUEIRA, 2014, p. 52). Assim, vários grupos intensificaram suas reivindicações, questionando temporalidades que não os representavam. Pela contraposição aos marcos instituídos na memória oficial, busca de redefinição identitária capaz de contemplar a multiplicidade da cultura, recorrência a auto-historicização e/ou demais motivos, percebe-se igualmente como:

não são apenas os antigos marginalizados da história oficial que alimentam o desejo de recuperar o seu passado desaparecido. São todos os corpos constituídos, intelectuais ou não, que, a exemplo das etnias e das minorias sociais, experimentam o desejo de partir para a pesquisa de sua própria constituição, de reencontrar suas origens (NORA *apud* DE DECCA, 1992, p. 133).

Na região Nordeste, todo esse empreendimento fez com que a memória do cangaço fosse valorizada. Marcos Clemente (2009, p. 27), ao observar formas e significados da

---

<sup>3</sup> Destaca-se que os discursos acerca do cangaço nas primeiras décadas do século XX foram centrais na construção histórica de espacialidades e temporalidades nordestinas, assim como são recorrentes nas contínuas reconstruções de tal imaginário regional. (Cf. ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011).

sobrevivência do fenômeno na memória coletiva de cidades nordestinas entre as décadas de 1950 e 1990, particularmente em Mossoró, Serra Talhada, Triunfo, Piranhas, Poço Redondo e Paulo Afonso sinaliza como a maioria dos esforços comprometidos com o *revival*, em se tratando dos museais empreendidos a partir da metade dos anos 1970, efetua um trabalho em que seja evitada a “dicotomia ‘herói X bandido’ e se considere a experiência histórica do cangaço para uma compreensão dos atuais problemas do sertão nordestino” como os relacionados à questão da seca, fome e latifúndio, a fim de que casos parecidos não mais aconteçam. Com efeito, sinaliza-se que em 1993 fora criada a Sociedade Brasileira de Estudos do Cangaço (SBEC), instituição que passou a congrega, sobretudo, os memorialistas do cangaço.

Nas comemorações brasileiras, o princípio da dinâmica invertida faz sentido. Sobre o influxo da obra “Les Luiex...”, Antonio Fernando de Araújo Sá (2011, p. 30-32) comenta que desde sua publicação se tornou comum na cultura contemporânea a afirmação de que vivemos em uma idade comemorativa. A assertiva teria ressoado na década de 1980, durante as comemorações aos centenários da Abolição da Escravidão (1988) e da Proclamação da República (1989), assim como na década de 1990, quando as comemorações ao Tricentenário de morte de Zumbi dos Palmares (1995), aos Centenários da Guerra de Canudos (1993-1997) e ao Centenário de nascimento de Lampião (1997-1998) contribuíram com a emergência de “discursos antes marginalizados no contexto da história oficial”. Destarte, a progressiva dispersão escavou terreno propenso para uma batalha de memórias, variável “particularmente responsável pela proliferação das comemorações, transformando-a, de fato, o sistema por inteiro, laicizando-o e democratizando-o”.

Por funcionarem como ‘máquinas de remontar o tempo’, as comemorações participam intensamente dos jogos identitários. Joel Candau (2012, p. 128), atento às “modalidades de acesso do homem ao seu estatuto de ser social e cultural” e em suas respectivas passagens, níveis, graus e densidades, observa como estas ações são caracterizadas em grande medida pelo fato de “produzir sentimentos de continuidade; ostentar um ‘maniqueísmo purificador’; ter o ‘dom de limpar o passado’ e de ‘retirar dele toda a alteridade inquietante’”. Afora perceber que efemérides são seletivas e produzidas conforme interesses de grupos e indivíduos torna-se fulcral entender que, nesse período, os combates em torno de legitimação e conjuração, adesão e exclusão, revitalização e enfraquecimento, permanência e mudança diante das supostas memórias e identidades em comum entraram mais evidência.

Segundo Joel Candau (Cf. 2012), tal “memória coletiva” só poderia ser totalmente válida, em caráter de idealização, se todos os membros do grupo fossem capazes de compartilhar integralmente um determinado número de representações. Para o autor, isto é empiricamente impossível e insustentável sob o ponto de vista teórico, pois encobre uma tripla confusão, espécie de armadilha para os pesquisadores. Sem desconsiderar os “quadros sociais” que constituem as memórias, sinaliza que, primeiro: há uma confusão entre as lembranças memorizadas e aquelas manifestadas, visto que essas últimas não são reflexos exatos da recordação conservada, sendo apenas expressão parcial entre múltiplas possíveis; segundo, há confusão em induzir a presença de memória compartilhada através da constatação de atos memoriais coletivos que fabricam efeito de falso consenso, como as comemorações, uma vez que compartilhar marcos memoriais não significa dispor das mesmas representações do passado; terceiro, há confusão entre a afirmação da existência de uma memória coletiva com o fato da existência em si mesma, pois embora essa possa ter pertinência em escala de crença, o conteúdo do dizer e pensar pode ser ou não atestado.

### **“Simpósio 100 anos de Lampião”: entre injustiçado e assassino**

No centenário de Virgulino, vários eventos foram realizados. Entre tantos acontecidos, as citadas confusões da memória são perceptíveis? Vejamos um dos realizados no estado do Ceará. Na primeira semana de julho de 1997, na cidade de Juazeiro do Norte (CE), localizada no Cariri cearense, fora iniciado o “Simpósio 100 anos de Lampião”, um evento considerado pioneiro no período. Realizado entre os dias quatro e sete de julho, na Fundação Memorial Padre Cícero, contou com organização geral do poeta Abraão Batista, seu presidente na ocasião. Como sugere a etiqueta, o Simpósio aconteceu devido à passagem do centenário de nascimento de Lampião, o falecido cangaceiro aniversariante.

Dois meses antes, no dia 2 de maio, o projeto oficial do Simpósio enviado à Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, que buscava suporte financeiro e simbólico através da Lei Estadual de Incentivo à Cultura promulgada há menos de dois anos, foi registrado em seu sistema.<sup>4</sup> Observando o documento, notamos que a justificativa foi baseada no estatuto que fundamenta as diretrizes da Fundação, a qual tem por “objetivo principal promover o desenvolvimento de Juazeiro do Norte”, a partir de ações que busquem “resgatar, analisar, defender, preservar e divulgar a memória e tradição da cultura material e não material do

---

<sup>4</sup> FUNDAÇÃO MEMORIAL PADRE CÍCERO. Projeto *Simpósio 100 anos de Lampião*. In: Arquivo Público do Estado do Ceará - Intermediário (AINT-CE). Fundo Secretaria de Cultura. Comissão de análise de projetos (CAP). Caixa 190. Fortaleza (CE), 02 de maio de 1997.

município, notadamente quanto a aspectos da vida e da obra do Padre Cícero e de todas as manifestações da cultura do nordeste”, assim como “realizar eventos e promoções de cunho turístico e de desenvolvimento sócio-econômico”. Certificada a guarida estatal, aprovada cinco dias após o registro do projeto, se tornou mais factível concretizar uma finalidade que seus organizadores talvez muito almejassem - realizar um evento de grande porte, capaz de vigorar os propósitos da Fundação. O empenho na construção do Simpósio indica que as apostas no badalado assunto foram altas, provavelmente, por conta da sua possível capacidade de atrair vários olhares.

No cerne do projeto, Lampião aparece como “grande acontecimento da nossa história recente”. Para o momento proposto, era esperado que se buscasse “resgatar a memória do fenômeno Lampião, trazendo o passado para o presente com seus significativos e valores, traços e características de identidade coletiva”, promovendo para tanto discussões sobre o cangaceiro e suas “vertentes comportamentais”. A sugestão de consideração do comportamento, embora pareça prosaica em primeiro instante, parece indicar outro motivo para a realização do evento. Escrita em tom de questionamento, uma passagem merece destaque: “Como se explicar o comportamento de Virgulino Ferreira da Silva sem conduzir para o contexto o comportamento equivocado dos poderes judiciário e policial. Como não questionar os massacres, vilipêndios sociais e as aberrações cometidas pelas partes”. A investida em “vertentes comportamentais” sugere em parte que buscava-se abordar as condições que fizeram o sertanejo virar cangaceiro, o almocreve tornar-se bandido profissional, o Virgulino transformar-se Lampião. Decerto, sinaliza mais do que simples perscrutação do assunto, deflagra um dever de memória que, traduzido em uma responsabilidade com o passado, busca alertar para um abandono social-histórico da região nordestina que ainda se faz presente, ao mesmo tempo em que parece fortalecer de forma consciente ou inconsciente uma representação do cangaceiro: Lampião injustiçado.

A estruturação da programação do evento, contudo, indica anseio de contemplar temáticas variadas. Foi o que aconteceu. Entre quatro e sete de julho reuniram-se no Simpósio ex-cangaceiros, familiares, testemunhas, pesquisadores, historiadores, escritores, jornalistas, cordelistas, artistas, artesãos e interessados em geral no assunto que, ao longo desse curso, participaram de conferências, debates, lançamento de livros e folhetos de cordel, feira de artesanato, apresentações de grupos de dança e teatro, exposições de fotografias, vídeos e xilogravuras acerca do cangaço e, mais especificamente, do bandoleiro centenário. Mesmo assim, seus espaços de expressão foram marcados por hierarquias, escalas e níveis articulados

conforme os capitais simbólicos dos participantes, como se pode perceber através do privilégio concedido aos “pesquisadores”: “O Simpósio 100 anos de Lampião está programado para que os nossos cientistas contemporâneos promovam efetivamente uma análise atual, sem discrepância, sem apaixonamentos”.

O excessivo cuidado com a preparação, manifestado seja na amplitude da programação ou na cautela com os discursos que seriam proferidos, constatada através dos usos de qualificações como “discrepância” e “apaixonamento” e das tentativas de suas respectivas supressões nas colocações dos pesquisadores convidados, sugere que a organização procurou congregiar um grande público e garantir a credibilidade do evento conduzindo-o de forma científica. Entretanto, as concatenações desvelam igualmente que estavam tocando em assunto disputado, controverso e sensível, saturado de feridas abertas em seus mais variados *corpus*. Assim, interessa indagar, teria o encontro se resumido aos vislumbres dispostos em suas pretensões oficiais?

Partindo dessa indagação, aproveitamos para formular uma consideração mais generalizada. A presença da memória do cangaço em múltiplos sociotransmissores que são frequentemente tomados como pertencentes das identidades nordestinas, tais como relatos orais, livros, folhetos de cordel, artesanatos, pinturas, danças, fotografias, filmes, documentários, músicas, etc. contribuiu com que historicamente sua transmissão acontecesse de tal maneira que essa fosse inculcada como um marco memorial em comum dos nordestinos praticamente inconteste. Mas mesmo que fosse como tal é postulada, a comunidade de interesses criada em seu entorno não garantiria comunhão de opiniões. Em vista disso, não surpreende tomar conhecimento que essas efemérides foram marcadas por um volume pesado de desarmonias, contrastes e celeumas.

No dia seis de julho, penúltimo dia do evento, quando algumas contestações saíram do discurso para também pulsarem na materialidade de uma faixa e alguns panfletos de protesto, houve uma das mais alarmantes disputas de memória. O jornal “Folha da Manhã”, periódico local que visa ser uma “imprensa livre e independente”, foi um dos poucos que retratou o episódio, noticiado em sua edição do dia seguinte.<sup>5</sup> Na ocasião, constata-se que a faixa foi erguida em frente à Fundação e os panfletos foram distribuídos ao público que se encontrava dentro e fora de suas dependências. As ações foram atribuídas ao grupo que ficou conhecido pelo cognome de “vítimas do cangaço”. Na faixa, pintaram em letras garrafais os

---

<sup>5</sup> DEMONTIEUX, Francisco. “100 anos de Lampião”. In: *Folha da manhã*. p. 4. Juazeiro do Norte (CE), 07 de julho de 1997.

seguintes dizeres “cangaceiros - animais frios, assassinos, covardes e ladrões”, enquanto que no panfleto questionaram o silêncio que ocultava tais assuntos da programação. O recurso ao material apresenta, porém, mais indignação contra possível abafamento dessas vertentes do que reação iniciada por suas totais supressões, pois o tema da violência praticada pelos cangaceiros foi pautado em algumas mesas e as ditas vítimas foram contempladas na programação oficial através de pronunciamentos de Pedro Feitosa e Marcos Feitosa que foram convidados para os debates enquanto “depoentes”. Observando essas ações, notamos outro dever de memória, também operante na lógica da responsabilidade com o passado, que se traduz na obrigação de trazer à superfície memórias silenciadas de uma família que teria sido vítima dos cangaceiros, buscando assim alguns reparos, por menor que fossem, nas respectivas dignidades dos interessados, ao mesmo tempo em que reforçam de forma deliberada uma outra representação do cangaceiro: Lampião assassino.

### **Considerações finais: “não foi uma comemoração...”?**

Em geral, procuramos demonstrar com este trabalho que há uma necessidade de se interpelar mais a memória do cangaço no tempo presente, levando em consideração que o mnemotropismo que a envolve, principalmente o manifestado em alguns calendários festivos, vem enquadrando representações em torno do fenômeno e atravancando interpretações críticas sobre tal passado; que a análise das comemorações ao centenário de Lampião ocorridas nos anos finais do século XX, ao serem pensadas em sintonia com as mudanças de percepções temporais e o fortalecimento de uma cultura da memória desse período, possibilita que parte dos imbróglis em questão sejam elucidados; que as vivências que circundam as diferentes representações de Lampião, seja a do injustiçado ou a do assassino, são apenas algumas das formas de apreensão de um passado que teima em se fazer presente na região nordestina em razão de motivos diversos, por isso que tanto se patina em torno do assunto, ainda mais quando se trata de entender as fugidias relações entre memória e identidade.

Nesse compasso, o estudo das ações e representações da memória que se encontraram e desencontram nesse centenário, permite-nos perceber que Lampião foi manipulado de diferentes formas, aceso e apagado em virtude de diferentes experiências e expectativas; entre luzes e sombras, lembranças e esquecimentos, o cangaceiro foi (re)inventado a cada uso do passado, devido a cada demanda do presente, conforme cada vislumbre de futuro. As questões centrais que lançamos às comemorações - Por que

comemoraram? Como comemoram? Que marcas ficaram? - continuam vestidas de perguntas-chave nas tentativas de elucidação da sua historicidade.

Dentre as várias confusões da memória brotadas da pesquisa, uma merece destaque para que a complexidade desse campo de estudo seja mais evidenciada. Os enunciados da memória, além do que outrora foi pontuado, variam conforme o decorrer do tempo e outros fatores, afinal, o presente da enunciação é a condição basilar da rememoração. As sugestões de análise ganharam relevo quando entrevistamos o poeta Abraão Batista. Perguntado sobre o porquê da comemoração a Virgulino, logo no início do diálogo, foi enfático ao afirmar pausadamente e com todas as letras que: “Não foi uma comemoração... Foi uma oportunidade para se analisar o fenômeno Lampião!”.<sup>6</sup> Embora nossa proposta seja considerar a prática da comemoração como ato de rememoração coletiva, a aparente aversão aos possíveis sentidos mais positivados, enaltecidos e prestigiosos do termo merece atenção e abre terreno para muitas outras indagações. Certamente, há mais rumações entre as memórias do cangaço e as identidades nordestinas do que manifestam as que foram aqui redigidas.

#### **Referências bibliográficas:**

AGAMBEN, Giorgio. *O que é contemporâneo? E outros ensaios*. 1ª ed. Chapecó: Argos, 2009.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A Invenção do nordeste e outras artes*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ARAÚJO SÁ, Antônio Fernando. *O Cangaço nas batalhas da memória*. 1ª ed. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2011.

BEDÁRIDA, François. Tempo presente e a presença da História. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos & Abusos da História Oral*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 219 -229.

CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CEZAR, Temístocles. “Tempo presente e usos do passado”. VARELLA, Flávia Florentino (org.)... [et al]. *Tempo presente & usos do passado*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, p. 31 - 50.

CLEMENTE, Marcos Edilson de. *Lampiãoes Aceso: o cangaço na memória coletiva*. 1ª ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2009.

DE DECCA, Edgar S. “Memória e Cidadania”. In: SÃO PAULO (cidade). *O Direito à*

---

<sup>6</sup> BATISTA, Abraão. *Entrevista concedida ao autor*. Juazeiro do Norte (CE), 19 de novembro de 2014.

- Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania*. 1ª ed. São Paulo: DPH, 1992.
- DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. *Correntes históricas na França: séculos XIX e XX*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV; São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- FALCÃO, Marcílio Lima. *Jararaca: memória e esquecimento nas narrativas sobre um cangaceiro de Lampião em Mossoró*. 1ª ed. Mossoró: UERN, 2013.
- FENTRESS, James & WICKHAM, Chris. *Memória Social*. 1ª ed. Lisboa: Editorial Teorema, LDA, 1992.
- FERREIRA JR., José. *Serra Talhada x Triunfo: a disputa da memória de Lampião no médio Pajéu pernambucano*. Tese de doutorado. Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), 2014.
- FERREIRAS, Noberto. “Bandoleiros, Cangaceiros e Matreiros: a revisão da historiografia sobre o Banditismo Social na América Latina”. In: *História*, v. 22, n. 2, Franca, 2003, p. 211 - 226.
- FICO, Carlos. “História que temos vivido.” VARELLA, Flávia Florentino (org.)... [et al]. *Tempo presente & usos do passado*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, p. 67-100.
- GONÇALVES, Janice. “Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural”. In: *Historiae*, v.3, n.3, Rio Grande, 2012, p. 27 – 46.
- HARTOG, François. “Tempo e Patrimônio”. In: *Varia História*, vol. 22, nº 36, Belo Horizonte, 2006, p. 261-273.
- \_\_\_\_\_. *Regimes de historicidade: presentismo e experiência do tempo*. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- HOUSSO, Henry. “Sobre a história do tempo presente: entrevista com o historiador Henry Rousso.” In: AREND, Silvia Maria Fávero & MACEDO, Fábio. *Tempo e Argumento*, v.1, n.1, Florianópolis, 2009, p. 201 – 216.
- HUYSSSEN, Andreas. “Passados presentes: mídia, política, amnésia”. IN: Idem. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000, p. 1-40.
- \_\_\_\_\_. *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto: Museu de Arte do Rio, 2014.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. “A tradição herodoteana e tucidideana”. In: *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: Edusc, 2004. P. 53-83.
- PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. “A história do tempo presente: do futurismo ao presentismo?” In: *Humanidades*, v. 58, Brasília, 2011, p. 56 - 65.

PERICÁS, Luiz Bernardo. *Os Cangaceiros: ensaio de interpretação histórica*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. Posfácio. In: XAVIER, Patrícia Pereira. *Dragão do mar: a construção do herói jangadeiro*. 1ª ed. Fortaleza: Museu do Ceará, 2011.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. “O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação”. *Antíteses*, v.7, n.14, Londrina, 2014, p. 45-67.

SILVA, Patrícia Sampaio. “Le symbole et ses diverses résonances: analyse de l’historiographie du Cangaço.” In: *Revue Histoire et Société de L’Amérique Latine*, nº 4, mai 1996, Paris, 1996.

WIESEBRON, Marianne L. “Historiografia do cangaço e estado atual da pesquisa sobre o banditismo a nível nacional e internacional.” In: *Coleção Mossoroense* (Fundação Vingt-un Rosado), Série “A”, nº 90, Mossoró, 1997.